



# CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000  
www.camarademariana.mg.gov.br

## **ATA DA REUNIÃO PRESENCIAL NO GABINETE DO PREFEITO CONJUNTA DAS COMISSÕES PERMANENTES DE FINANÇAS LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA; DE EDUCAÇÃO, SAÚDE, ASSISTÊNCIA SOCIAL, ESPORTE, LAZER E TURISMO; DE VIAÇÃO, OBRAS PÚBLICAS, AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E MEIO AMBIENTE, NO DIA SETE DE OUTUBRO DE DOIS MIL E VINTE DOIS. (07-10-2022).**

Ao sétimo dia do mês de outubro de dois mil e vinte e dois, sexta-feira, às nove horas e cinco minutos, foi realizada a Reunião Presencial no gabinete do Prefeito Conjunta das Comissões Permanentes de Finanças Legislação e Justiça; de Educação, Saúde, Assistência Social, Esporte, Lazer e Turismo; de Viação, Obras Públicas, Agricultura, Indústria, Comércio e Meio Ambiente, com a participação do Prefeito Interino Ronaldo Bento; das Comissões Permanentes de Finanças Legislação e Justiça; de Educação, Saúde, Assistência Social, Esporte, Lazer e Turismo; de Viação, Obras Públicas, Agricultura, Indústria, Comércio e Meio Ambiente; e da Associação da Guarda Civil Municipal. **Participaram da reunião:** Os Vereadores Fernando Sampaio, José Antunes Vieira, Maurício Antônio Borges, Pedro Vieira e Ricardo Miranda. **Registraram Presença:** Arlinda Coelho, Secretária de Administração; Antônio Marcos Ramos de Freitas, Secretário de Defesa Social; Edmar José Machado, Guarda Civil Municipal; Geraldo Augusto Simplicio, Guarda Civil Municipal; João Paulo Felipe, Guarda Civil Municipal; Osmarine Amélio Pena, Guarda Civil Municipal; Walesca Medeiros de Souza, Secretária da Associação dos Guardas Municipais de Mariana (ASGUMM); Warley Anderson Oliveira, ASGUMM. **ABERTURA:** “Em nome de Deus e do povo Marianense” o Prefeito Interino Ronaldo Bento iniciou a reunião agradecendo a presença de todos, e exprimiu sua satisfação em receber a Associação e os representantes da Casa. Com a palavra, o Vereador Fernando disse ao Prefeito interino que esse deveria definir se seria possível aprovar os quinze por cento de periculosidade dos profissionais da Guarda, pois tudo que se altera referente a gastos fica a cargo do gestor, sendo esse o Prefeito em questão; informou, ainda, que na reunião da sexta-feira passada, dia primeiro de outubro do corrente ano, foi discutido o **Projeto de Lei Complementar N.º 120/2022**, que “altera a denominação e a estrutura organizacional da Secretaria Municipal de Defesa Social prevista na Lei Complementar nº 177, de 13 de julho de 2018 e dá outras providências”. O Prefeito Ronaldo disse que há o interesse em conceder a todos os servidores os benefícios trabalhistas, planejado para o mês de outubro do corrente ano, porém, quando ele assumiu o cargo, no mês de julho, a Prefeitura teve uma Compensação Financeira pela Exploração Mineral (CFEM) de vinte e dois milhões de reais, no mês de agosto, dezoito milhões, em setembro de quinze milhões e no mês de outubro, onze milhões; caso a tendência continue, a Prefeitura terminará o ano de dois mil e vinte e dois “na casa dos sete, oito milhões de CFEM”, o que impactou o planejamento, que “já sinalizou a luz amarela”, sendo que a Prefeitura não está em condições de assumir novos gastos, dado que deve pagar o piso e/ou teto de outros profissionais, como os da Saúde, do Transporte, etc. Ele disse que a despesa fixa será empenhada, mas as flutuantes, não; ele disse que consegue dar continuidade nas obras já licitadas e iniciadas, pois essas já constavam no planejamento, no início de sua gestão, porém, a partir da quinta-feira, dia treze de outubro, darão início a alguns cortes,



## CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000  
www.camarademariana.mg.gov.br

realizando contenções, sendo essas não-alarmantes. Isso se dá devido à depreciação do minério que, anteriormente, valia cento e sessenta e oito reais a tonelada, caindo para noventa e oito reais, sinalizando o fechamento do ano no valor de setenta e oito reais; dessa forma, o Prefeito Interino arguiu que não há condições de assumir com a Guarda o compromisso de aumento do valor de periculosidade para quinze por cento, sem ouvir o Planejamento, que solicitou a ele que realizasse a paralisação de contratações, executando apenas substituições, dada a diminuição do CFEM, sendo necessária a contenção de gastos. Ele expressou surpresa com relação à queda abrupta do valor do minério e afirmou que o que acudiu a receita foi o Imposto Sobre Serviços (ISS) e o Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) porém, caso não haja a contenção, não fecham-se as contas do Município; ele disse não poder cumprir com os trinta por cento apenas para os guardas já em exercício, precisando cumprir também para os duzentos novos guardas que entram no novo processo seletivo, direito garantido pela Federação. Assim sendo, caso o Prefeito Interino assuma a responsabilidade dos quinze por cento da Guarda, a Cidade não teria condições de pagá-lo a partir de janeiro de dois mil e vinte e três, faltando com seus deveres; dessa maneira, ele solicitou que a Guarda aguardasse até a quinta-feira, dia treze de outubro, quando se reunirá com as Secretarias de Planejamento, Fazenda e Administração, para chegarem a um consenso em relação aos gastos municipais, cuja maioria da receita encontra-se comprometida com o planejamento já realizado, como por exemplo as cestas básicas, cujo valor do corrente ano está em dois milhões de reais, além da contratação prévia de profissionais que representam um "inchaço" nas contas da Cidade; a partir de questionamento do Vereador Fernando sobre a quantidade de servidores, o Prefeito Interino, com auxílio da Sra. Arlinda nos números exatos, explicou que o Município contava com quatro mil e trezentos servidores e passou a ter quatro mil trezentos e noventa sete servidores, desses, duzentos e noventa e um são nomeados e os outros, contratados por Processo Simplificado; como exemplo, ele citou as contratações de cinquenta técnicos da Saúde, além de quatrocentos profissionais de Educação, entre outros servidores. Os nomeados remetem a novecentos mil reais em folha de pagamento, sendo que o valor líquido de rendimentos totais é em torno de treze milhões de reais e, com os encargos, totalizam em torno de vinte milhões de reais, com concordância da Sra. Arlinda. Assim, para que se fechem as contas do Município, uma das primeiras contenções a serem feitas seria a dispensa dos terceirizados, então, a responsabilidade do ajuste dos guardas ficaria para quem assumir, em janeiro do próximo ano, de modo que a prioridade da Prefeitura é de fechar as contas atuais, não conseguindo assumir essa responsabilidade com a Guarda atualmente, perante a lei, e opinou que o direito ao adicional de trinta por cento deveria ser recebido pelos guardas até mesmo de modo passivo; a correspondência dos adicionais são referentes, respectivamente, a aumentos de quinze, vinte e cinco e trinta e cinco por cento do valor do salário para insalubridade e trinta por cento de periculosidade. Para o Prefeito Interino, o adicional de periculosidade sequer necessitaria estar na lei, mas ser um direito automático. O Vereador Fernando questionou como a Prefeitura pagaria esse valor sem estar na obrigatoriedade da lei, ao que o Prefeito Ronaldo disse que, na sua concepção, como advogado, ele não pode propor ajustes sem a Prefeitura ter as condições para tal, de forma que, caso ele diga que não há condições para uma proposta, mas atender a outra, seria um ato falho de sua



## CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000  
www.camarademariana.mg.gov.br

parte, devendo cumprir primeiramente com as responsabilidades já assumidas no planejamento, como por exemplo os pisos da Saúde e da Educação, mantendo as prioridades. Ele disse que os adicionais são uma forma de reconhecer o trabalho prestado, sendo desnecessário inserir-se o adicional na legislação pois o valor já está regulamentado em outras normas. Em sua opinião, a nova regulamentação representaria uma desvantagem para a Guarda colocar-se o reconhecimento de um trabalho de modo retroativo, sendo que o valor já é garantido pelo Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos (PCCV). Com a palavra, o guarda Felipe explanou que os quinze por cento estão em negociação pois, havia-se discutido, entre a própria Guarda, a valorização de trinta por cento, porém, ela não possui os recursos suficientes para fazer cumprir o adicional e completou, dizendo que o projeto escrito por eles foi encaminhado para a Sra. Arlinda, e questionou se foi realizado o impacto orçamentário do mesmo, ao que essa respondeu que o projeto foi encaminhado para a verificação constitucional do mesmo, ao que o guarda Felipe sugeriu que se realizasse o estudo do impacto, já que não estão pedindo outros adicionais, além de precisarem verificar onde reduzir custos para a Prefeitura, para que essa possa pagar a alteração no PCCV; ele completou sua fala com o exemplo dos prédios alugados pela Prefeitura para os Postos Integrados de Segurança Pública, imóveis esses cheios de equipamentos que se encontram em localidades distritais; ele citou como exemplo o Posto Integrado da unidade Catianas, que poderia estar no prédio da Policlínica ou em uma escola do bairro, gerando mais segurança e reduzindo custos, além de outras medidas viáveis, como diminuição de carros corporativos, fazendo analogia a “gorduras” que seriam possíveis de “cortar”, enxugando gastos e possibilitando o pagamento o valor fixo de trinta por cento, que já consta na regulamentação orçamentária. Ele argumentou que a periculosidade deve ser recebida pelos guardas em vida, sendo um ato da própria função, reconhecido pelo Município, e eles buscam esse reconhecimento, já regulamentado pelo PCCV. O Prefeito Interino disse estar aberto a ouvir o que as diversas equipes reivindicam porém, dado que o planejamento foi realizado antes de sua gestão, ele apenas está “fazendo a máquina girar com ela em execução” sendo que, para que ele possa tomar novas medidas, “a máquina” precisa “dar substância” e que, no momento, essa é de recessão e, ainda, está sendo realizada uma análise geral, para que se mantenham os compromissos; ele citou como exemplo os eventos da Cidade, cujos custos já estão sendo enxutos; em um exemplo hipotético, um evento que normalmente se gastariam trezentos mil reais, está sendo realizado com cem mil; também como exemplo, a ExpoMariana, que deveria ter custado em torno de um milhão e trezentos mil reais, foi realizado com quinhentos mil; ele perguntou à Sra. Arlinda o valor das cestas de natal, ao que ela respondeu que essas custaram dois milhões reais; considerando o Natal de Luz, do ano de dois mil e vinte e um, esse custou um milhão e setecentos mil reais. O Vereador Fernando questionou se a Sociedade Brasileira de Economia e Política (SEP) não havia ajudado a custear o Natal de Luz, ao que o Prefeito Ronaldo disse que essa custeou apenas noventa mil dos procedimentos, e continuou a exemplificação com o evento do *Iron Bike* que, por três anos foi assumido pela Fundação Renova (FR), em dois mil e vinte e um, foi realizado pelo Prefeito Interino Juliano Vasconcelos, com ajuda de custo de duzentos mil reais por parte a SEP, e trezentos e trinta mil pela FR; em dois mil e vinte e dois, teve custo de quinhentos e noventa e dois mil reais e a FR contribuiu com um



## CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000  
www.camarademariana.mg.gov.br

valor em torno de duzentos mil, deixando trezentos e noventa e dois mil reais para a Prefeitura pagar. A SEP, no caso, contribuiu duzentos mil para a marca *Iron Bike*, não repassando para a Prefeitura para que quitasse o evento. Voltando para o Natal de Luz, o Prefeito Ronaldo explicou que a SEP contribui com cento e cinquenta mil reais, divididos igualmente entre Ouro Preto e Mariana, com setenta e cinco mil para cada cidade, sendo um valor irrisório quando o custo final se dá em um milhão e meio de reais. Ele expressou que seu objetivo é ir “reduzindo as gorduras” para cumprir os compromissos já assumidos pela Prefeitura, com a concordância da Sra. Arlinda. Com a palavra, o Vereador José concordou com a fala do Prefeito e completou os exemplos, comparando preços de carvão, mas discordou do fato da Guarda não receber os adicionais por conta dos eventos, ao que o Prefeito explicou que tudo que está sendo cumprido já estava planejado no calendário municipal, como por exemplo o Encontro de Palhaços, com custo de duzentos mil reais, que já estava sendo planejado pela própria organização do evento, não sendo possível cortar, pois o compromisso foi firmado previamente, sendo possível diminuir os custos, mas não eliminá-los. A exemplo, ele citou a exposição no Centro de Convenções que, inicialmente custaria um milhão e meio de reais, foi realizada com cem mil reais. Também citou o exemplo de pessoas que são levadas para Belo Horizonte por motivos diversos em carros corporativos e negam-se a utilizar o transporte em companhia de outras pessoas que também precisam realizar a viagem, gerando custos adicionais. O Prefeito completou sua fala dizendo que talvez seja possível chegar-se ao valor do adicional, mas para tanto, são necessários cortes em outros lugares e que havia solicitado de todos os vereadores que apontassem onde esses cortes poderiam ser feitos, na medida em que sejam percebidos. Disse que sua responsabilidade é retornar para a Cidade aquilo que lhe pertence e, ainda, caso tivesse tido tempo de planejar os gastos de sua gestão, teria começado do zero mas ele “pegou a tropa que tinha e colocou para continuar”, reiterou seu pedido de prazo até a quinta-feira, dia treze de outubro e ovacionou a Guarda Municipal Marianense por sua excelência. Ele expressou a vontade de continuar a valorizar a Guarda, assim como seu predecessor, o Sr. Celso, mas as contas da Cidade atualmente não lhe permitem realizar os ajustes imediatamente. Ele disse que em conversa anterior com a Sra. Arlinda, essa explanou que não se poderiam contratar mais servidores, pois correria o risco de não ser possível cumprir com os rendimentos e, assim, começaram a cortar custos. O guarda Felipe reiterou sua vontade de visualizar o relatório de impacto orçamentário para apontar os custos possíveis de serem cortados, ao que o Prefeito Interino disse ter fé em conseguir cumprir com os encargos da Guarda, da mesma forma como fez possível cumprir o piso da Enfermagem, com concordância da Sra. Arlinda. Ele expôs, ainda, que a quantidade de classes aguardando para receber seus encargos é de, pelo menos, nove deles e que estão sendo pagos em ordem de prioridades, de modo imparcial, para que o governo seja eclético; de forma que é necessário que se aguardem as flutuações do mercado minerador, já que esse é a base da economia local. Com a palavra, o Vereador Fernando solicitou ao Prefeito que fossem ouvidas as propostas da Associação de Guardas, para que seja sabido, ao que esse finalizou, dizendo que tudo aquilo que não gera impacto financeiro, será cumprido. O Guarda Edmar exprimiu que seu interesse é a proposta específica dos quinze por cento e questionou o fato de, em conversa anterior, ter sido prometido que receberiam o



## CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000  
www.camarademariana.mg.gov.br

adicional até o final de outubro do corrente ano e, ainda, se foi realizado o estudo do impacto orçamentário ou se se tratava de uma projeção conjectural, ao que o Prefeito Ronaldo disse que houve uma prévia informal que deveria cumprir, mas o estudo propriamente dito, não foi realizado, ao que o Sr. Edmar solicitou que se produza o estudo do impacto, refletindo a fala anterior do Guarda Felipe, de redução de custos, com concordância do Vereador Fernando. O Prefeito Ronaldo disse, então, que deve-se solicitar um estudo do nível de constitucionalidade das propostas da Guarda e que deveriam seguir, dentro do plano de carreira, o que for votado e, ainda, que o valor de quinze por cento adicional não é necessário ter lei a respeito, podendo ser retirada da redação, sugerindo que conversassem com seu depto. jurídico para que se traga novamente a proposta. Pediu à Sra. Arlinda que realizasse o impacto do valor de quinze por cento a ser apresentado à Guarda em reunião posterior. O Guarda Felipe perguntou se seria possível encaminhar juntamente os **Projetos de Lei N.º 120/2022 e N.º 103/2022**, de autoria do Prefeito Municipal em Exercício, Ronaldo Bento, que “altera a Lei Complementar N.º 192, de 05 de novembro de 2019, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Guardas Cíveis Municipais de Mariana/MG e dá outras providências”, ao que o Prefeito consentiu, dizendo que não há impacto e que, estando o **Projeto N.º 103/2022** na Câmara, o que for decidido ele cumprirá. O Ten. Freitas explicou que o **Projeto N.º 103/2022** tinha duas questões a serem resolvidas, sendo elas, o porte de armas funcional para inspetores, o que seria desnecessário, já que esses já possuem o porte de armas e a segunda questão seria a posse da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) pois, quem tirasse a CNH posterior à entrada na Guarda, não estava conseguindo subir na carreira, o que foi mudado para que, na medida que se habilitasse o guarda, esse subiria, obrigatoriedade essa que os guardas estão solicitando ser retirada. O Vereador Fernando manifestou preocupação com os guardas que passaram pelo processo de obtenção da CNH, que seriam injustiçados com a mudança, ao que o Guarda Felipe explicou tratar-se de um adicional de responsabilidade, com concordância do Vereador Maurício, e o Ten. Freitas completou, dizendo haver promoções por tempo de serviço e outras condições. O Prefeito Interino disse que não opinará sobre as questões dos projetos e que esses devem ser discutidos entre a própria categoria, ao que a Sra. Walesca disse que essa minuta já havia sido passada aos guardas, com concordância do Ten. Freitas e do Sr. Felipe, que completou, dizendo que foi discutida com noventa por cento de toda a Guarda. O Guarda Felipe disse ter solicitado a constitucionalidade do projeto juntamente com o impacto orçamentário, e gostaria de saber o valor do impacto, ao que o Prefeito Ronaldo solicitou à Sra. Arlinda que comunicasse os resultados do estudo o mais rápido o possível. Com a palavra, o Sr. Geraldo questionou sobre o andamento da progressão horizontal, se já estão ocorrendo os testes físicos, para que a Guarda também possa receber esses benefícios previstos pelo PCCV, ao que o Ten. Freitas respondeu que as avaliações terão início em breve, das quais constam autoavaliação, avaliação do chefe e avaliação da comissão, além do teste físico. A Sra. Arlinda disse que a progressão foi questionada, mas os benefícios serão pagos na medida em que conseguirem realizar as avaliações e cortar outros custos e que, para os outros servidores foram pagos até mesmo os retroativos. O Sr. Geraldo sugeriu que se enviassem as propostas à Secretaria de Administração e ao Jurídico, para que esses façam a avaliação do impacto. O Sr.



## CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000  
www.camarademariana.mg.gov.br

Warley manifestou que a Guarda atrasou com as propostas pois anteriormente, quando houve a negociação de se passar o PCCV, foi aceito o benefício de quinze por cento de periculosidade que, com a melhora da arrecadação, querem passar para trinta por cento; porém, vista a recessão, ele disse compreender a redução do valor, ao que o Prefeito Interino concordou, reiterando o direito da corporação de cobrar seus adicionais. O Sr. Warley disse participar ativamente dos movimentos da Guarda e que esses visam a melhoria das condições de trabalho e da execução do próprio trabalho. O Sr. Geraldo disse ter acreditado que já havia sido realizado o estudo do impacto e que foram surpresos com a falta do mesmo, ao que o Prefeito explicou, para que se compreenda melhor, que o impacto é algo volátil, sazonal, sendo possível ter alta receita, mas essa estar comprometida com gastos fixos, que não fazem parte do impacto. O Sr. Edmar questionou se, realizando o pedido de todos os guardas pelos trinta por cento, o impacto será maior que o pagamento dos quinze por cento e solicitou que se realizassem ambos os cálculos, com concordância da Sra. Walesca que disse poder abrir mão de algum outro benefício para que isso ocorra, e o Prefeito concordou com os cálculos a serem feitos. O Sr. Felipe agradeceu a presença de todos e pela abertura da Prefeitura em ouvir as reivindicações da Guarda. O Sr. Geraldo solicitou que se deixasse registrada a resposta do financeiro, seja positiva ou negativa, para que a próxima gestão tenha ciência dos compromissos. O Ten. Freitas agradeceu a presença de todos e parabenizou a disponibilidade da Prefeitura. **ENCERAMENTO:** 'Não havendo mais nada a tratar em nome de Deus e do povo Marianense', o Prefeito Interino Ronaldo Bento encerrou a reunião às dez horas e vinte minutos. **Para constar, lavrou-se esta ata, que será assinada:**